



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP CAV JÚLIO RODRIGUES NOGUEIRA

**O REGIMENTO DE CAVALARIA NAS OPERAÇÕES DE FAIXA DE
FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO SUL**

**Rio de Janeiro
2019**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP CAV JÚLIO RODRIGUES NOGUEIRA

**O REGIMENTO DE CAVALARIA NAS OPERAÇÕES DE FAIXA DE
FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho acadêmico apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito para a especialização
em Ciências Militares com ênfase em
Gestão Organizacional.

**Rio de Janeiro
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)**

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Cav JÚLIO RODRIGUES NOGUEIRA**

Título: **O REGIMENTO DE CAVALARIA NAS OPERAÇÕES DE FAIXA DE
FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho Acadêmico, apresentado à
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,
como requisito parcial para a obtenção
da especialização em Ciências
Militares, com ênfase em Gestão
Operacional, pós-graduação
universitária lato sensu.

APROVADO EM _____ / _____ / _____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

| Membro | Menção Atribuída |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|
| LEONARDO FAULHABER MARTINS – Ten Cel Cmt Curso e Presidente da Comissão | |
| ALESSANDRO ALVES GUAZINA - Cap 1º Membro | |
| DARTANHAN DO NASCIENTO DUARTE - Cap 2º Membro e Orientador | |

JÚLIO RODRIGUES NOGUEIRA – Cap
Aluno

O REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADA NAS OPERAÇÕES DE FAIXA DE FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO SUL

Júlio Rodrigues Nogueira¹
Alessandro Alves Guazina²

RESUMO

A participação de tropas do Exército Brasileiro nas ações na faixa de fronteira, que são executadas nas operações de coordenação e cooperação com agências, são uma realidade das organizações militares localizadas na fronteira. O presente artigo científico tem por finalidade apresentar uma proposta de organização dos Pel C Mec dos RCMec para as ações de fiscalização na faixa de fronteira que possuem como característica o uso limitado da força e a operação com outras agências. A revisão da literatura abordou aspectos da fronteira do Rio Grande do Sul, aspectos legais e material existente para este tipo de operação. A metodologia usou de questionários aplicados a militares que já haviam desempenhado funções que participaram das operações supracitadas. A conclusão apresentou uma proposta de organização de um Pel C Mec de RCMec nas ações de fiscalização na faixa de fronteira.

Palavras-chave: Ações na faixa de fronteira. RCMec. Crimes transfronteiriços.

ABSTRACT

The participation of troops of the Brazilian Army in the actions in the border that be executed in the coordination and cooperation operations with agencies are a reality of the military organizations locates in the border. The present scientific article have the finality approach an organization proposal dos Mechanized Cavalry Platoon of the armored cavalry regiment for the fiscalizations actions on the border that have how feature the limited use of the force and the operation with other agencies. The literature review approached aspects of the border of the Rio Grande do Sul, legal aspects and existing material for this type of operation. The applied methodology used of the quizzes applied to militaries that have participated of the above operations. The conclusion approached a propose of organization of a Mechanized Cavalry Platoon of a Regiment in the actions of border fiscalization.

Key-words: Cross-border actions. Cavalry Regiment. Cross-border crimes

1 Capitão de Cavalaria da turma de 2009. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 2009.

2 Capitão de Cavalaria da turma de 2005. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 2005. Especialista em operações militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais em 2015.

1. INTRODUÇÃO

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Aeronáutica são instituições nacionais permanentes e regulares que possuem sua missão estabelecida na Constituição Federal de 1988 e destinam-se à defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. O parágrafo 1º do Art. 142 da Constituição Federal (CF) apresenta que Lei Complementar estabelecerá as normas gerais de emprego das Forças Armadas.

Segundo o Manual de Campanha MC-10.223 – Operações, as ações na faixa de fronteira são atribuições subsidiárias que fazem parte das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA).

As tropas de cavalaria estão previstas para participarem de Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, normalmente em situações de não guerra, nas quais o poder militar é usado sem envolver o combate propriamente dito, apenas em situações extraordinárias.

A Lei Complementar (LC) Nr 97/99, em seu artigo 16-A, veio trazer para as Forças Armadas a atribuição subsidiária para atuar nas ações repressivas e preventivas na Faixa de Fronteira Terrestre com ações de patrulhamento, revista de pessoas, veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves e de prisões em flagrante delito.

A Lei Complementar Nr 136/10 veio acrescentar à LC Nr 97/99 também versando sobre as ações de combate a ilícitos transfronteiriços.

As ações na faixa de fronteira são uma atribuição subsidiária das Forças Armadas onde estas atuam preferencialmente em ambiente interagências. Por meio da Estratégia Nacional de Defesa, feita em 2012 que apresenta o trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença como esteio da capacidade dissuasória, características que passaram a nortear o desenvolvimento da Força Terrestre, as ações na Faixa de fronteira passaram a valerem-se principalmente da presença nacional do Exército Brasileiro na faixa de fronteira.

Os Regimento de Cavalaria Mecanizada (RCMec) possuem como vocação principal as ações de reconhecimento, segurança e vigilância, e são as principais organizações militares localizadas na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul

O RCMec está organizado em Comando e Estado Maior, 1(um) Esquadrão de Comando e Apoio e 03(três) Esquadrões de Cavalaria

Mecanizada. Com sua característica de flexibilidade e devido a sua estrutura organizacional pode realizar uma composição de meios para cada tipo de operação. Possui como características principais a potência de fogo e a proteção blindada que são proporcionadas respectivamente por seu armamento orgânico (canhões, morteiros e metralhadoras) embarcado nas viaturas e blindagem de suas viaturas.

. O emprego do RCMec em OCCA possui como uma de suas características a letalidade seletiva, onde a tropa deve ser capaz de proporcionar uma resposta proporcional à ameaças e evitar os efeitos colaterais. Deve possuir sistemas de armas que preservem a população e as estruturas civis em perfeito alinhamento com as legislações pertinentes. Nas ações na faixa de fronteira, o uso limitado da força é uma necessidade preponderante. Para este emprego o uso da força costuma estar amparado em regras de engajamento bem definidas e nas atitudes da força adversa.

O Estado do Rio Grande do Sul (RS) faz fronteira em sua porção Noroeste com a Argentina e na porção Sul com o Uruguai. Na referida área estão a 1ª, a 2ª e 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Bda C Mec). Neste estudo abordaremos em alguns aspectos o ambiente operacional da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, que possui o 5º Regimento de Cavalaria Mecanizada (RCMec), em Quaraí-RS e o 8º Regimento de Cavalaria Mecanizada em Uruguaiana-RS como suas tropas de cavalaria mecanizada.

A 2ª Bda C Mec com sede em Uruguaiana possui como área de responsabilidade os municípios de Alegrete, Barra do Quaraí, Quaraí e Uruguaiana. A Sub Área de Segurança Integrada da 2ª Bda C Mec faz fronteira com o Uruguai ao Sul e com a Argentina a Oeste. Caracteriza-se fisicamente por extensas áreas planas, boa rede viária além da presença de uma bacia hidrográfica.

Anualmente são conduzidas operações interagências com o objetivo de reprimir os ilícitos transfronteiriços nesta área. A Operação Fronteira Sul é realizada sob a coordenação do Comando Militar do Sul e a Operação Ágata sob coordenação do Ministério da Defesa onde ambas costumam envolver agências federais como Polícia Federal, Receita Federal, IBAMA, além de órgãos estaduais como as polícias militares.

Estas operações são realizadas prioritamente com a instalação de Postos de Bloqueio de Controle de Estradas que são realizados com tropas de

cavalaria mecanizada, patrulhas motorizadas e patrulhas fluviais nos principais rios.

As OCCA requerem de um RCMec uma atuação bastante diferente em relação às operações desenvolvidas em ambiente de Guerra como as operações Ofensiva e Defensiva. Por este motivo é mister que estas organizações militares possuam suas frações com uma organização flexível e adaptada para as necessidades das ações na faixa de fronteira.

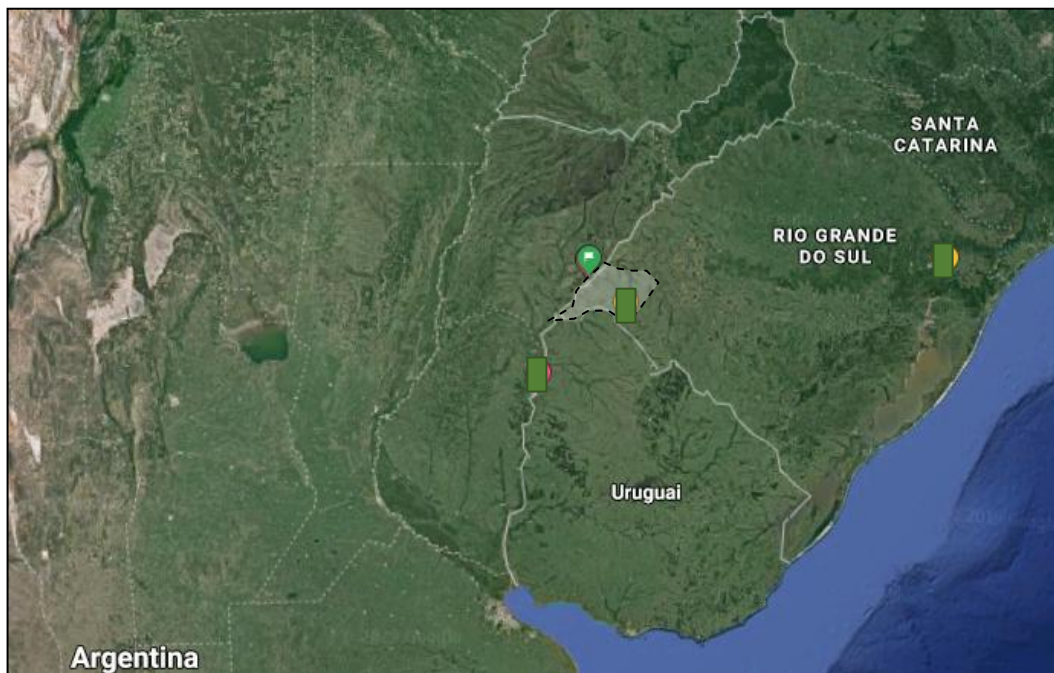


Figura 01: Ambiente operacional da 2ª Bda C Mec (Tríplice fronteira Brasil/Argentina/Uruguai)
Fonte: Google Earth

1.1 PROBLEMA

O RCMec destaca-se por possuir uma organização voltada para as operações ofensivas ou defensivas. O Pel C Mec é seu elemento de emprego básico e possui uma estrutura heterogênea com seus grupos e seções bastante distintos e organizados para cumprir missões dentro das operações ofensivas ou defensivas. O RCMec possui como uma de suas características a flexibilidade que decorre da possibilidade de constituir estruturas provisórias baseados nos grupos e seções dos Pel C Mec. Levando em consideração que a Doutrina Militar Terrestre do Exército Brasileiro prevê a atuação da Força Terrestre (F Ter) nas OCCA, chegamos ao seguinte questionamento: qual a organização adequada de um Pel C Mec para o cumprimento de missões de

fiscalização contra ilícitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira, isoladamente ou em coordenação com outras agências?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho será o de apresentar uma proposta de organização de um Pel C Mec que possibilite o seu emprego em ambiente interagências nas ações na faixa de fronteira terrestre do Rio Grande do Sul. Para viabilizar a realização deste estudo foram formulados os seguintes objetivos específicos para poder entender as capacidades de um RCMec e permitir o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Levantar as principais bases legais que legitimam e amarram as ações de fiscalização na faixa de fronteira;
- b) Identificar os aspectos geográficos que podem influenciar na organização;
- c) Identificar qual a instrução que o militar tem recebido para a participação nas operações com a finalidade de poder adaptá-la para poder adequar a organização;
- d) Identificar a conveniência da atuação conjunta com outras agências; e
- e) Apresentar uma proposta de organização de um Pel C Mec para ações de fiscalização em faixa de fronteira.

1.3 JUSTIFICATIVAS

O crescente aumento da participação do Exército Brasileiro nas OCCA, especificamente nas ações na faixa de fronteira onde suas forças militares podem atuar com o poder de polícia através do amparo legal já citado, anseia que as tropas de cavalaria mecanizada possam ser empregadas com doutrina, organização, material, pessoal e instrução adequada.

Os atuais produtos doutrinários do Exército Brasileiro apresentam a cavalaria mecanizada organizada com base nos Pel C Mec, ou juntando seus grupos e seções iguais ou formando pelotões ou esquadrões provisórios que são mais adequados as operações ofensivas ou defensivas.

Nesse sentido, surge a necessidade de uma proposta de organização do Pel C Mec empregado em ações na fronteira que estão inseridas no escopo das atribuições subsidiárias e não exigem as mesmas capacidades como as

operações ofensivas ou defensivas. Os diferentes ambientes operacionais do Brasil exigem algumas capacidades diferentes que podem exigir uma organização mais flexível para as tropas de cavalaria mecanizada de acordo com o tipo de missão.

2. METODOLOGIA

Para que fossem buscados subsídios para uma solução adequada para o problema delineado neste artigo científico foi realizada uma pesquisa com leitura analítica de literatura do tema e realizada uma pesquisa qualitativa com militares que atendiam ao critério de pesquisa e de acordo com as perguntas pudessem colocar soluções de acordo com sua experiência.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Foi desenvolvida com o objetivo principal de buscar os aspectos legais que permeiam as operações na faixa de fronteira, as características do ambiente operacional e a instrução e material prevista do RCMec para atuar neste tipo de operação.

2.1.1 Estrutura organizacional da Cavalaria Mecanizada

Segundo o Manual C2-20 Regimento de Cavalaria Mecanizada, o RCMec é organizado principalmente para cumprir missões de reconhecimento e segurança. Sua estrutura tem como características a proteção blindada, a potência de fogo e a flexibilidade, dentre outras. O RCMec tem a possibilidade de cumprir missões de Garantia da Lei e da Ordem que atualmente estão classificadas nas OCCA. Está organizado em Comando e Estado Maior, 1(um) Esquadrão de Comando e Apoio e 3(três) Esquadrões de Cavalaria Mecanizada, de acordo com a figura abaixo:

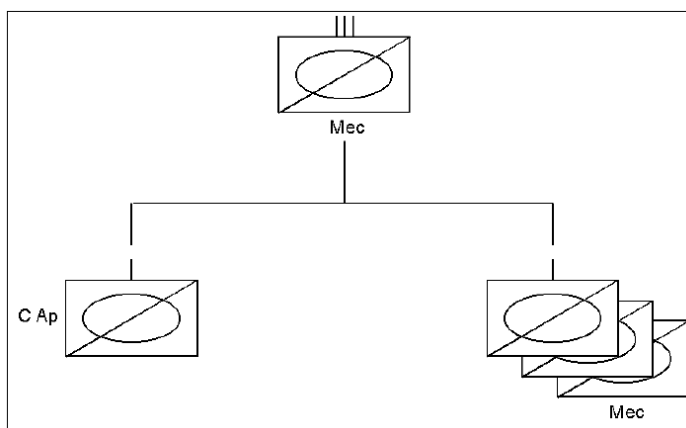


Figura 02 – Estrutura organizacional de um RCMec

Fonte: Manual de Campanha C2-20 Regimento de Cavalaria Mecanizada

O Esqd C Mec é o elemento de manobra do comandante do regimento. Cada Esqd C Mec é composto por comando, seção de comando, seção de morteiros médios e 3(três) pelotões de cavalaria mecanizada como mostra a figura abaixo:

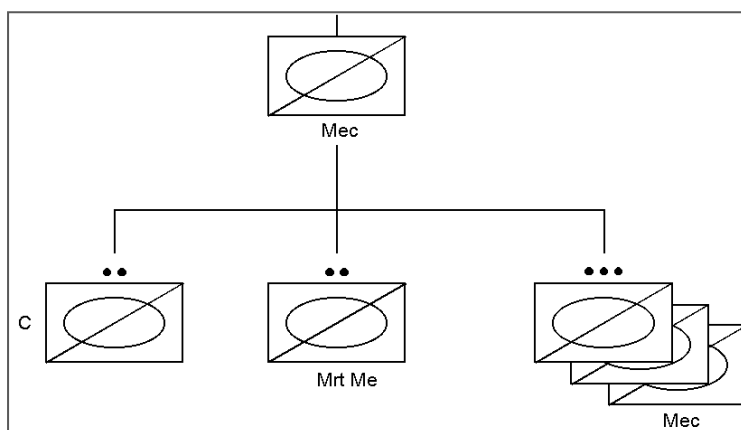


Figura 03 – Estrutura organizacional de um Esqd C Mec

Fonte: Manual de Campanha C2-20 Regimento de Cavalaria Mecanizada

O Pel C Mec é o elemento básico de emprego do esquadrão. Está organizado em grupo de comando, grupo de exploradores, seção de viaturas blindadas de reconhecimento, grupo de combate e peça de apoio de acordo com a figura abaixo:










| FRAÇÕES | COMPOSIÇÃO | VIATURAS | MATERIAL PRINCIPAL |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gp Cmndo | Cmt Pel Sd Exp/Motr Sd R Op |  VBR (L) | 01 Mtr 7,62mm (MAG) Rádio veicular nível SU/Pel |
| 1ª Pa G Exp | 3º Sgt Cmt G Exp Sd At Sd Exp/Motr |  VBR (L) | 01 Mtr 7,62mm (MAG) Rádio veicular nível Pelotão |
| | Sd Exp Sd At Sd Exp/Motr |  VBR (L) | 01 L Gr Rádio veicular nível Pelotão |
| 2ª Pa G Exp | Cb Aux Sd At Sd Exp/Motr |  VBR (L) | 01 Mtr 7,62mm (MAG) Rádio veicular nível Pelotão |
| | Sd Exp Sd At Sd Exp/Motr |  VBR (L) | 01 L Gr Rádio veicular nível Pelotão |
| Seç VBR | 2º Sgt Adj/Cmt Seç Cb At Cb Motr VBR |  VBR (M) | 01 Mtr 7,62mm (MAG- Coaxial) 01 Mtr 7,62mm(MAG-AAe) 01 Can 90 mm Rádio veicular nível Pelotão |
| | 3º Sgt Cmt VBR Cb At Cb Motr VBR |  VBR (M) | 01 Mtr 7,62mm (MAG- Coaxial) 01 Mtr 7,62mm (MAG-AAe) 01 Can 90 mm Rádio veicular nível Pelotão |
| GC | 3º Sgt Cmt GC Cb Motr VBTP Sd At Mtr .50 |  VBTP | 01 Mtr .50 02 L Roj AT-4 Rádio veicular nível Pelotão |
| | Cb Aux (Cmt 1ª Esq) Sd At Sd Fuz (R Op) Sd Fuz (At L Roj) | | |
| | Cb Aux (Cmt 2ª Esq) Sd At Sd Fuz (granadeiro) Sd Fuz (At L Roj) | | |
| Pç Ap | 3º Sgt Cmt Pç Sd Motr/Mun Cb At Sd Aux At Sd Mun |  VBTP | 01 Mtr .50 01 Mrt Md (81 mm) Rádio veicular nível Pelotão |

Tabela 01 – Organização de um Pel C Mec

Fonte: Manual de Campanha CI 2 -36/1 O Pelotão de Cavalaria Mecanizada

Segundo o CI 2-36/1, o Esqd C Mec pode empregar os Pel C Mec desmembrados, dando origem a pelotões de natureza provisória. Tais pelotões são agrupados por frações de mesma natureza, a saber:

1) Pel VBR – junção das Seções Viaturas Blindadas de Reconhecimento (VBR);

2) Pel Fuz – junção dos Grupos de Combate (GC);

3) Pel Exp – junção dos Grupos de Exploradores (G Exp);

4) Pel Mrt – junção das peças de Morteiro Médio (Mrt Me); e

O Pel C Mec, por atualmente não possuir VBR(L)¹ na sua organização nas organizações militares, é dotado de Viaturas Táticas Leves (VTL), que não possuem blindagem, como a VTL 1/2 Ton Marrua.



Figura 03 – VTNE 1/2 ton do Pel C Mec

Fonte: Manual de Campanha CI 2 -36/1 O Pelotão de Cavalaria Mecanizada

Segundo o Quadro de Distribuição de Material (QDM) do RCMec, cada Pel C Mec possui uma quantidade fixa de viaturas e armamentos para cumprir sua missão. A tabela abaixo mostra as dotações de armamento e viaturas em uma OM Tipo III (regimento com 03 esquadrões).

| Descrição do Material | Pel C Mec(x3) | Total OM |
|----------------------------------------|---------------|----------|
| Faca de Trincheira | 21 | 356 |
| Fuzil automático com coronha rebatível | 14 | 239 |
| Fuzil automático metralhador com bipe | 2 | 18 |
| Lança Rojão AT-4 | 2 | 18 |
| Vtr Bld de Reconhecimento (Leve) | 5 | 49 |
| Vtr Bld de Reconhecimento (Média) | 2 | 23 |
| Vtr Bld Média de Trnsp de Pessoal | 1 | 13 |
| Vtr Trnsp Não Especializado (5 Ton) | -x- | 20 |

Tabela 02 - Extrato do Quadro de Dotação de Material do RCMec

¹ Nota do Autor: Em Novembro 2013 - Estado-Maior do Exército (EME) aprovou o Estudo de Viabilidade sobre a Viatura Blindada Multitarefa, Leve de Rodas (VBMT-LR), como parte do Projeto Estratégico do Exército Guarani. Em Abril de 2016 foi escolhida a Viatura LMV da Iveco Defense e em Agosto de 2018 o Exército Brasileiro adquiriu um lote de dezesseis destas viaturas.

Este QDM não possui previsto a dotação de armamento não letal para um RCMec.

Destaca-se que um Pel C Mec possui 07(sete) metralhadoras leves 7,62mm; 02(duas) metralhadoras .50; 02(dois) Lança granada, os 02(dois) canhões 90mm de suas VBR, armamentos estes que não possuem uma utilização mais adequada nas OCCA.

2.1.2 Aspectos legais

A Constituição Federal de 1988 traz as principais missões das Forças Armadas em seu Art.142

“Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes (BRASIL, 1988).

A Carta Magna de 1988 em seu Art. 20, inciso 2º, apresenta que a faixa de fronteira é considerada fundamental para a defesa nacional e sua ocupação será regulada em lei.

A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, modificada pelas leis complementares nº 117/2004 e nº 136/2010 atribuem às Forças Armadas a competência para atuarem como polícia judiciária na faixa de fronteira de 150 km em operações subsidiárias. Os incisos I, II e III, do art. 16-A, da LC 97/99, elenca quais ações estão legalmente previstas. Tratam-se das ações de patrulhamento; de revista de pessoas, de veículos terrestres, embarcações e aeronaves, e de prisões em flagrante delito.

A Portaria nº 061, de 16 de Fevereiro de 2005, do Comandante do Exército veio a trazer uma diretriz estratégica para a atuação da Força Terrestre na Faixa de Fronteira contra delitos transfronteiriços e ambientais. A Portaria tem como premissas básicas que a atuação da F Ter deverá observar as competências constitucionais e legais específicas, que a atuação da F Ter na faixa de fronteira é considerada como atribuição subsidiária particular e que a F Ter poderá atuar isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, por frações constituídas e, em princípio, no cumprimento de missões preestabelecidas.

Em 16 de dezembro de 2016 o governo federal através do decreto federal Nr 8.903 instituiu o Programa Integrado de Proteção de Fronteiras (PIPF). O

Plano possui em sua primeira diretriz a atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas. A missão síntese do PIPF é restringir a ocorrência de crimes transfronteiriços. Possui como primeiro objetivo estratégico:

“1 - integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima.”

Segundo o Manual EB-70-MC-10.223 - Operações, as operações subsidiárias são realizadas no âmbito das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, onde ocorrem em situação de não guerra, limitadas aos diplomas legais que a regulamentam e são de emprego episódico e limitadas em espaço e tempo. As características dessas operações que são específicas as ações na faixa de fronteira são as seguintes:

- a) Uso limitado da força;
- b) Coordenação com outros órgãos governamentais e/ou não governamentais;
- c) Caráter episódico;
- d) Não há subordinação entre as agências e sim coordenação; e
- e) Maior interação com a população.

2.1.3 Aspectos geográficos

A microrregião da Campanha Ocidental, a Oeste do RS, é a região onde estão localizadas as unidades da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada. Como estruturas estratégicas destacam-se a Usina Termelétrica e aeroporto em Uruguaiana.

Na malha rodoviária destaca-se a estrada federal BR-290 que é a principal via de transporte terrestre de comércio entre Brasil e Argentina e também a BR-472, no seu trecho entre a cidade de Barra do Quaraí-RS e Uruguaiana, que liga o Uruguai ao Brasil. Existem também estradas secundárias não pavimentadas na área rural que são alternativas as estradas principais. Para as ações de fiscalização e patrulha nas estradas principais e secundárias são necessárias tropas com alta mobilidade como as de Cavalaria Mecanizada em que são mais adequadas viaturas leves sobre rodas pelo motivo de sua maior transitabilidade.

Na hidrografia, destaca-se o Rio Uruguai que é limite com a Argentina. Possui um leito mais caudaloso que facilita a navegação de embarcações de menor calado. O Rio Uruguai é local de travessia de ilícitos e crimes ambientais. Na porção Sul destaca-se o Rio Quaraí que serve de limite com o Uruguai. Este rio tem leito variável e nos períodos de seca sua travessia é facilitada propiciando a passagem de ilícitos.

A presença destes rios ocasiona a necessidade da capacidade de atuação da tropa por meios fluviais para a fiscalização dos ilícitos transfronteiriços ou crimes ambientais.

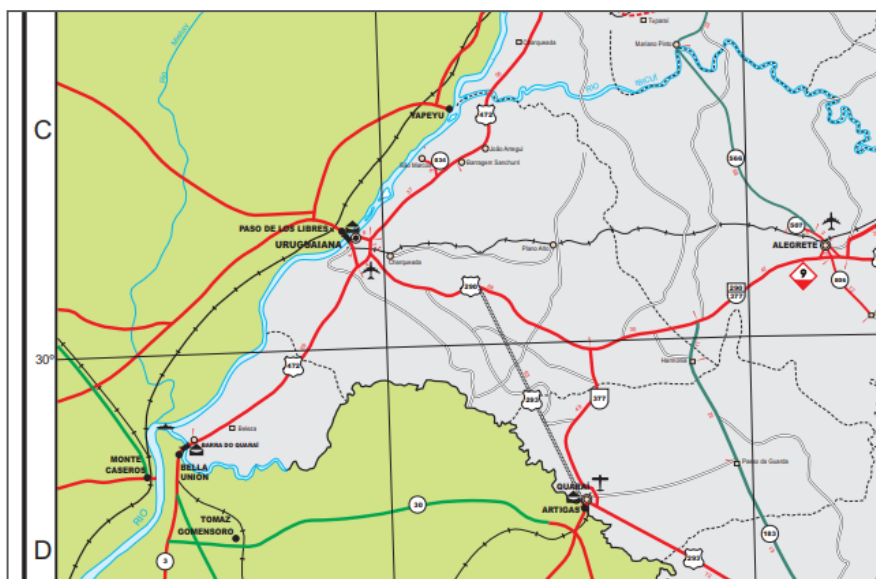


Figura 04 – Mapa de rodovias na fronteira Oeste do RS
Fonte: Sítio do DAER

2.1.4 Instrução das tropas de Cavalaria Mecanizada para a participação em operações

As instruções para a participação neste tipo de operação subsidiária são ministradas nas Instruções de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) onde são ministradas as técnicas e conhecimentos teóricos.

A instrução para os militares do Efetivo Variável são ministradas durante a Instrução Individual de Qualificação (IIQ) de GLO com duração de 2(duas) semanas de instruções e 1(uma) semana para a execução do adestramento. As principais instruções previstas na IIQ GLO identificadas para as ações de fiscalização na faixa de fronteira são sobre armamento não letal, regras de

engajamento, revista de veículos, revista de pessoas, executar uma prisão e participar de postos de bloqueio.

O Programa Padrão de Instrução da Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional (CTTEP) é o documento que possui a finalidade de apresentar uma proposta de instruções para o Efetivo Profissional (EP) e dentre outros objetivos gerais, tem o objetivo de manter o EP em condições de ser empregado, em qualquer época do ano em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Neste período são realizadas instruções de GLO em que destacam-se os assuntos de Legislação Básica de emprego das Forças Armadas, finalidade das operações(Op) GLO, normas de conduta e normas de engajamento e técnicas e táticas em Op GLO. Durante este período são ministradas as instruções específicas que permitirão os militares atuar nas operações de faixa de fronteira.

Além das instruções e adestramentos internos da Organização Militar (OM), são realizadas operações nas Grandes Unidades e/ou Grandes Comandos para adestrar as OM.

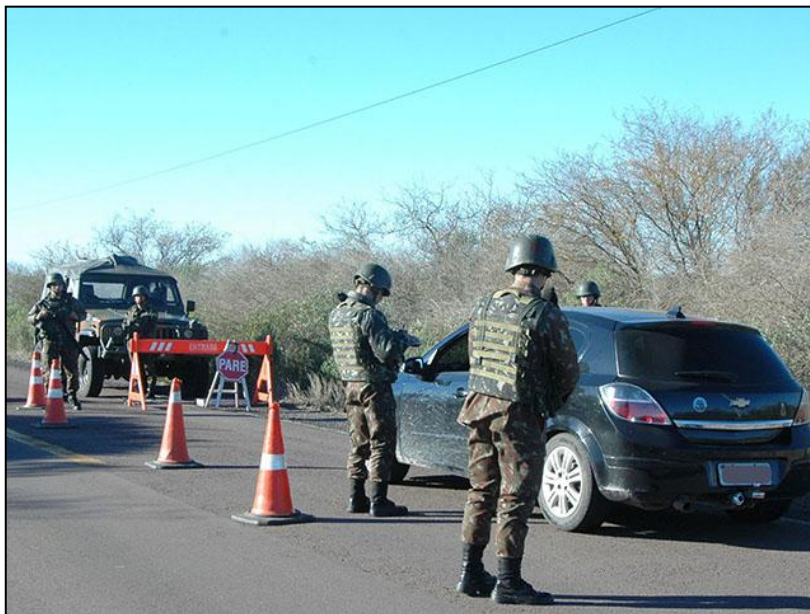


Figura 03 – PBCE na estrada BR-472
Fonte: sítio eletrônico da 2ª Bda C Mec

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados por meio de questionário.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 QUESTIONÁRIO

A amplitude de respondentes do questionário foi realizada através da escolha de capitães que atendessem o critério de estarem cursando o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e que já tivessem servido em uma Organização Militar de Cavalaria Mecanizada na Faixa de Fronteira o que gerou um número de 19(dezenove) respondentes do questionário.

A totalidade dos respondentes afirmou que houve a participação de Agências Governamentais nas últimas operações que participaram em suas unidades.

Sobre a participação das Agências nas operações com o Exército Brasileiro, a maioria disse que era importante a participação das agências nas operações, conforme gráfico abaixo:

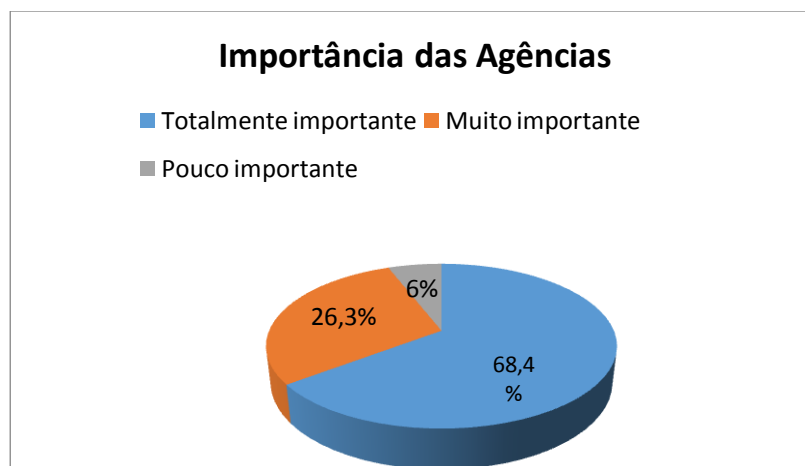


Gráfico 01: Importância da participação de agências nas operações na faixa de fronteira.

Fonte: O autor

Como observado no gráfico acima, é totalmente importante a participação de outras agências junto à tropa que atua na ação de fiscalização. Torna-se então impreterível a previsão de equipes de outras agências na organização de uma tropa neste tipo de ação. Deve ser previsto na organização do Pel C Mec a previsão de recebimento de equipe de outras agências, prioritamente de Órgãos de Segurança Pública em reforço ou apoio direto.

O tópico sobre a organização da tropa de cavalaria mecanizada apresentou os organogramas do RCMec, do Esqd C Mec e de um Pel C Mec e de sua estrutura organizacional apresentando suas viaturas previstas bem como seu armamento coletivo e individual de dotação. Para entender quais viaturas seriam mais adequadas para ações de fiscalização na faixa de

fronteira foi realizada a pergunta se para este tipo de missão um Pel C Mec deveria ser empregado com as viaturas de sua constituição original ou com uma constituição baseada em maior número de viaturas leves. Sobre qual seria os tipos de viaturas mais adequadas para este tipo de missão, o questionário foi respondido da seguinte maneira:

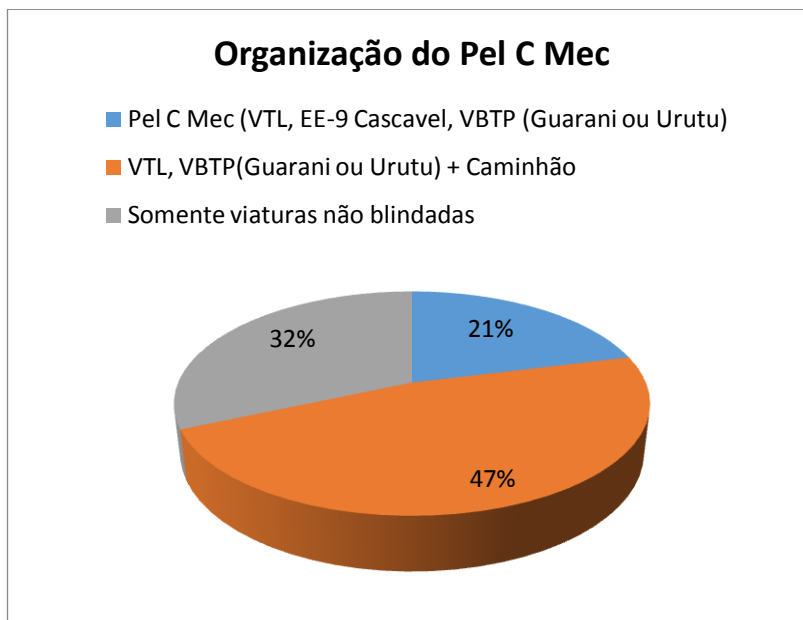


Gráfico 02: Organização do Pel C Mec.
Fonte: O autor

Como pode ser observado, 47% dos respondentes escolheram uma constituição do pelotão em que houvessem apenas as viaturas táticas leves, as viaturas blindadas de transporte de pessoal (EE-11 Urutu ou Guarani) e mais um caminhão. Em segundo lugar, com 32% das respostas, foi escolhido uma organização apenas com viaturas não blindadas. Nesta opção os capitães julgaram que não era necessário as viaturas blindadas(Cascavel, Urutu ou Guarani).

A opção com maior percentual retirou as VBR e a Viatura com Morteiro. A Seção VBR e a Peça de Apoio com morteiro que são as frações com maior poder de fogo do Pel C Mec. O canhão 90 mm o Morteiro Medio e as metralhadoras são armamentos que não são usados neste tipo de ação subsidiária onde existe o uso limitado da força que está baseada em regras de engajamento e bases legais aqui já apresentada. Com o acréscimo de uma Viatura de Transporte Não Especializada 5 Ton (Caminhão), o pelotão ganhou flexibilidade em sua constituição e uma capacidade de transporte maior que pode ser usada para o material de montagem do PBCE ou transporte de

peçoal. Nessa organização, a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal tem a função de dar um poder de dissuasão para as ações do pelotão.

Como foi apresentado que o ambiente operacional da 2ª Bda C Mec exige as ações de fiscalização em rios, a utilização das viaturas leves permite que estas realizem o transporte de embarcações.

Como foi apresentado, o Pel C Mec possui em sua organização como armamentos individuais o Fuzil Automático Leve e Pistolas. Como a execução deste tipo de missão exige o uso limitado da força, o Pel C Mec deve possuir armamentos com menor efeito colateral. O carabina calibre 12 é um armamento ideal que exista no Pel C Mec nas Op GLO. Como consequência houve a necessidade de saber se havia disponível a carabina calibre 12 e munição não letal nas unidades de cavalaria mecanizada na fronteira. Foi feita a pergunta se existia armamento e munição letal na organização militar que serviu, onde a pergunta foi respondida da seguinte maneira:

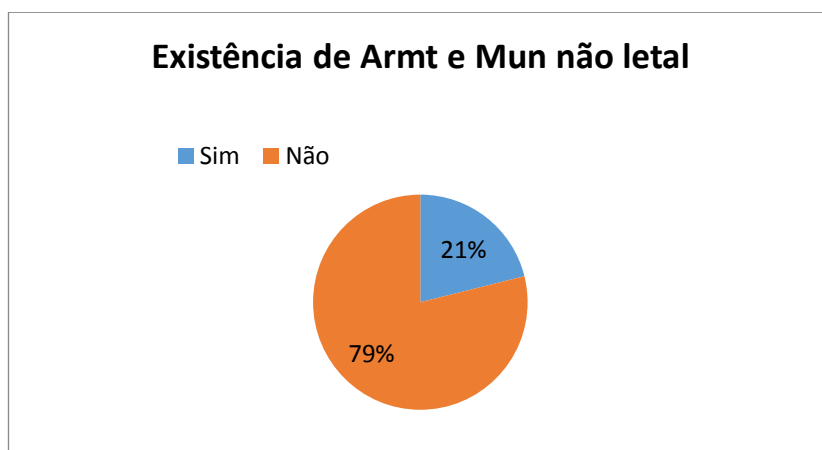


Gráfico 03: Existência de armamento e munição não letal para instrução.

Fonte: O autor

Foi obtido o percentual de 79% dos capitães que afirmaram não possuírem o armamento e munição letal na organização militar que serviram e apenas 21% dos capitães responderam afirmativamente.

Conclui-se então que deva haver uma previsão do armamento não letal nos Pel C Mec dos RCMec para que possa ser inserido no quadro de dotação de material de um Pel C Mec nas ações na faixa de fronteira. E mesmo com a previsão deste armamento deve haver a adequação da instrução para que existam os militares habilitados para seu uso.

Como houve 21% de capitães que afirmaram possuir a carabina calibre 12 em suas organizações militares, houve a necessidade de saber se foi realizado algum tipo de exercício para habilitação dos militares. Então foi questionado se houve a realização de exercício individual de tiro, no caso o

Tiro de Instrução Avançada com a carabina calibre 12, para saber se existia a habilitação mais completa neste tipo de armamento. Foi então obtido o seguinte quantitativo na resposta:

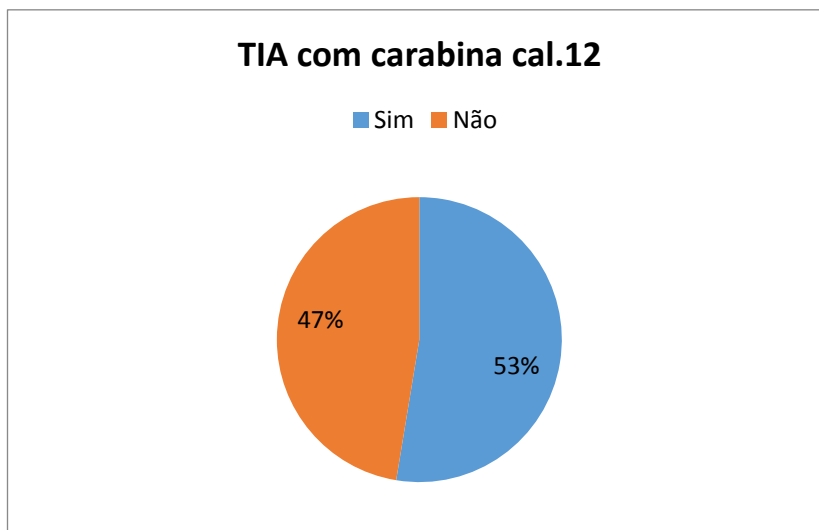


Gráfico 04: Realização do Tiro de Instrução Avançado com carabina cal.12.
Fonte: O autor

Como pode ser observado, cerca de metade dos respondentes afirmaram não haver o TIA em suas unidades. Portanto, para uma atualização da distribuição da carabina calibre 12 e respectiva munição em todas as unidades de cavalaria mecanizada que participam das ações de fiscalização deve haver a previsão da instrução necessária para habilitar todos militares previstos com esse armamento em uma organização do Pel C Mec nas ações na faixa de fronteira.

Para que o Pel C Mec fosse organizado de modo flexível de um modo que seus Grupos/Seção possa atuar de forma descentralizada comandadas por seu comandante de grupo foi realizado o questionamento sobre o modo de emprego das frações também poderem ser empregadas descentralizadamente do pelotão no nível Grupo de Combate (GC), comandadas por seu comandante de grupo, de modo temporário, em vias de acesso menos movimentadas e que não justifiquem o uso de um pelotão. Foi obtido o seguinte resultado:

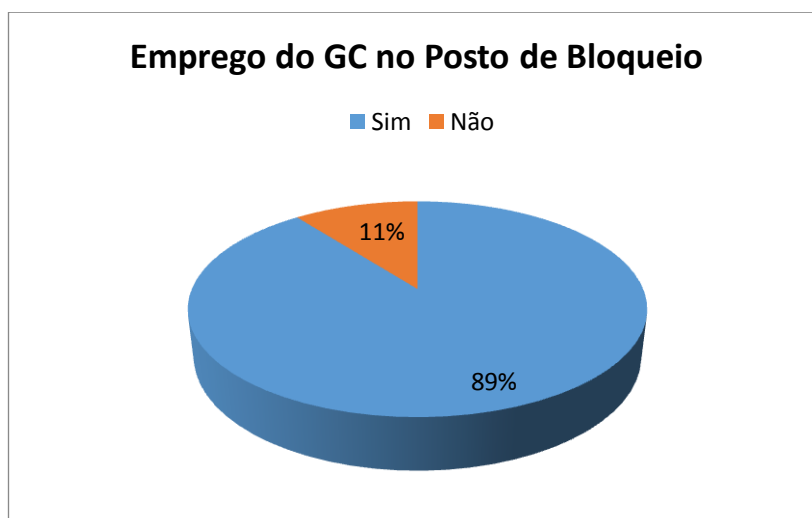


Gráfico 05: Emprego do GC como fração no Posto de bloqueio
Fonte: O autor

Foi obtido o percentual de 89% dos capitães que responderam que o Grupo pode operar de forma independente nos locais em que não seja necessário o emprego de um Pel C Mec. O emprego de um Grupo permite que o pelotão seja empregado de forma descentralizada e esteja ocupando mais pontos de fiscalização ou realizando patrulhas. Esta forma de emprego anseia que o pelotão possua mais viaturas leves para que possa ser dividido de forma homogênea. A seção VBR que possui viaturas blindadas deve estar usando viaturas leves para que tenha a mobilidade necessária quando for empregada de forma descentralizada.

4. CONCLUSÃO

Como foi apresentado na parte introdutória deste trabalho o RCMec possui seus Pel C Mec com organização para emprego nas operações tradicionais, ofensiva e defensiva. Possui as características de mobilidade, potência de fogo, proteção blindada, ação de choque, sistema de comunicações amplo e flexível e flexibilidade, que são materializadas em sua organização. Com a participação cada vez maior da Força Terrestre nas OCCA, surge a necessidade de uma organização adequada para o cumprimento destas ações. O Manual do RCMec nos apresenta a possibilidade do Regimento ser constituído em organizações provisórias como os pelotões provisórios. A tropa de cavalaria mecanizada deve prever uma organização

flexível de suas frações onde possa ser possível também o emprego com viaturas diferentes de sua organização e mesmo armamentos adequados para o tipo de missão.

A característica de proteção blindada e potência de fogo não são premissas para este tipo de missão, portanto as viaturas blindadas e armamentos com maior poder de fogo não devem ter seu uso previsto. O armamento de grosso calibre do Pel C Mec devido seu uso restrito possui apenas função de dissuasão.

Os RCMec que atuam nas ações de fiscalização da faixa de fronteira devem ter uma revisão de seu Quadro de Distribuição de Material de um modo que sejam contemplados com armamentos não letais bem como a munição necessária. Estes armamentos não letais devem ter seu uso previsto nas OCCA em substituição a seu armamento mais letal de modo que um pelotão tenha condições de responder as ameaças de forças adversas com proporcionalidade.

Para a utilização do armamento não letal nas unidades de cavalaria mecanizada deverá haver uma revisão de seus Programas Padrão para que ocorra a habilitação dos soldados de cavalaria que precisarem ser dotados deste tipo de armamento.

Será necessário que o comandante faça seu estudo de situação e escolha o armamento individual mais adequado para a organização de seu Pel C Mec onde proporá a dotação individual de armamentos como fuzil ou pistola para que as ações de revista por exemplo possam ser executadas de forma mais adequada. Os militares operadores do armamento coletivo deverão ter uma dotação de armamento individual específica para este tipo de missão.

A organização do Pel C Mec deve possuir uma organização que permita seu emprego de seus grupos de um modo descentralizado por tempo determinado e onde seja possível receber equipes de agência em reforço/apoio direto com o objetivo de melhorar seu emprego. O modo de atuação descentralizado permitirá que um pelotão possa estar executando mais ações simultaneamente e assim maximizar seus resultados ao estar presente em mais locais de fiscalização.

O Pel C Mec deve possuir uma organização específica para ações de fiscalização na faixa de fronteira onde seja possível substituir suas viaturas da Seção VBR por viaturas leves pelo motivo do armamento desta Seção não ser

adequado para este tipo de missão. A peça de apoio de fogo deve possuir também uma organização específica para as ações de fiscalização e uma solução é sua utilização como grupo de apoio.

O Pel C Mec deve estar em condições de executar patrulhas fluviais, quer com embarcações próprias ou embarcações em reforço. Para isso seus elementos devem estar adestrados e o uso das viaturas leves será mais adequado para o transporte das embarcações.

Destaca-se que cada regimento organizará seus pelotões de acordo com os meios disponíveis que podem ser diferentes em cada organização militar pelo motivo da diferença da quantidade e tipos de viaturas em cada organização militar.

Como conclusão, apresentamos que o novo manual do RCMec deve prever a utilização dos pelotões com organização flexível em seu armamento, viaturas e equipamento para as OCCA, onde estão inseridas as ações na faixa de fronteira que são ações subsidiárias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mario L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre.**, Brasília, DF, ed. 1. r 2013.

_____. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. _____.Congresso.

_____. _____. **EB20-MF-10.103: Operações.** 4. ed. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. **EB20-MF-10.222: A Cavalaria nas Operações.** 1. ed. Brasília, DF, 2018.

_____. Ministério da Defesa. **Operações Interagências (MD 33-M-12).** 1ª ed. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério da Defesa. **O Pelotão de Cavalaria Mecanizada (CI 2-36/1).** 1ª ed. Brasília, DF, 2006

_____. _____. _____. **Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999.** Brasília, DF. 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm acesso em 26 de set 2012.

_____. **Lei 6.634/79.** Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Brasília, DF.1970. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110728/lei-6634-79> acesso em 22 ABR 2019 às 10:00h.





_____. **Decreto Nº 8.903, de 16 de Novembro de 2016.** Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução. Brasília, DF, 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8903.htm. Acesso em 23 ABR 19 às 10:00



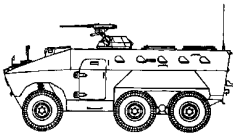

SOLUÇÃO PRÁTICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 2019

Título do Trabalho: O REGIMENTO DE CAVALARIA NAS OPERAÇÕES DE FAIXA DE FRONTEIRA NO RIO GRANDE DO SUL.

Autor: Cap Cav JÚLIO RODRIGUES **NOGUEIRA**

Proposta de atualização do CI 2-36/1 – O Pelotão de Cavalaria Mecanizada em seu Anexo A – Op GLO em seu item de organização de um Pel C Mec para as ações de fiscalização.

| FRAÇÕES | COMPOSIÇÃO | VIATURAS | MATERIAL PRINCIPAL |
|------------------------|-------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Gp Cmdo | Cmt Pel Sd Exp/Motr Sd R Op |  VTL ½ ton Marrua | Rádio veicular nível SU/Pel |
| 1ª Tu/1º Gp de Revista | 3º Sgt Cmt G Exp Sd Exp Sd Exp/Motr |  VTL ½ ton Marrua | Rádio veicular nível Pelotão |
| | Sd Exp Sd Exp Sd Exp/Motr |  VTL ½ ton Marrua | Rádio veicular nível Pelotão |
| 2ª Tu/1º Gp de Revista | Cb Aux Sd Exp Sd Exp/Motr |  VTL ½ ton Marrua | Rádio veicular nível Pelotão |
| | Sd Exp Sd Exp Sd Exp/Motr |  VTL ½ ton Marrua | Rádio veicular nível Pelotão |

| | | | |
|------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| 2º Gp de Revista | 2º Sgt Adj/Cmt Seç Cb At Cb Motr |  VTL 3/4 ton Marrua | Rádio veicular nível Pelotão |
| | 3º Sgt Cmt Cb At Cb Motr |  VTL 3/4 ton Marrua | Rádio veicular nível Pelotão |
| 3º Gp de Revista | 3º Sgt Cmt GC Cb Motr VBTP Sd At Mtr .50 |  VBTP | Rádio veicular nível Pelotão |
| | Cb Aux (Cmt 1ª Esq) Sd At Sd Fuz Sd Fuz | | |
| | Cb Aux (Cmt 2ª Esq) Sd At Sd Fuz Sd Fuz | | |
| Gp Ap | 3º Sgt Cmt Pç Sd Motr/Mun Cb At Sd Aux At Sd Mun |  VTNE 5 ton | Rádio veicular nível Pelotão |

